

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 69

Data: 3 de Maio de 1978

Pg.: 33

Jari, uma obra para perpetuar Ludwig?

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Correspondente em Belém

Por que o representante número um do capitalismo mundial investe 700 milhões de dólares numa região atrasada para só começar a ter lucro 13 anos depois de iniciar seus projetos e só implantá-los completamente após 18 anos de aplicações, com poucas possibilidades de estar vivo nessa ocasião? As respostas que têm sido dadas são muito variadas, mas o multimilionário norte-americano Daniel Ludwig — responsável por este "enigma" com o seu projeto Jari, a maior propriedade rural do País — não parece preocupado em esclarecer a polêmica que o acompanha desde que, em 1966, reuniu-se no Palácio das Laranjeiras com o então presidente Castello Branco e no ano seguinte começou a comprar as terras que hoje abrangem de 1,5 a 3,7 milhões de hectares, conforme as diferentes estatísticas apresentadas.

Entre alguns funcionários graduados da Jari, não há dúvida: Ludwig está construindo no interior da Amazônia a sua pirâmide, uma obra tão fantástica que o perpetuará como símbolo depois da morte. Os dirigentes da empresa, no entanto, preferem uma tradução menos mística dos projetos. "O sr. Ludwig já está no final de sua vida e decidiu criar uma obra inteiramente nova numa área pioneira, mais preocupado em realizar algo de grande significado socioeconômico do que em tirar lucros rápidos, como acontece geralmente nos empreendimentos capitalistas", explica o diretor executivo-adjunto, Luis Antonio Oliveira.

A prevalecer essa interpretação, o projeto Jari não poderia ser entendido de uma ótica tradicional: não se trataria de um simples investimento econômico realizado pelo homem mais rico do globo, mas a obra de uma agência de desenvolvimento, que pretende recriar um ambiente quase selvagem e incorporar-lo à civilização moderna. As aparências favorecem esse ponto de vista.

Em 13 anos, uma antiga área de extrativismo vegetal, de agricultura de subsistência e de pecuária extensiva passou a abrigar a primeira fábrica de caulim da América Latina, um dos maiores complexos florestais destinados à produção de celulose existentes no continente, um dos mais modernos plantios de arroz do mundo e, quem sabe, outros empreendimentos dessa magnitude, entre eles uma fábrica de alumínio com capacidade para 160 mil toneladas, intenção que Ludwig manifestou pela primeira vez há cinco anos e que agora começa a executar.

Nesse mundo, tão fechado e auto-suficiente como se fosse mesmo uma nação ou um império, Ludwig havia gasto até julho do ano passado 194 milhões de dólares, quantia equivalente ao orçamento do Pará — o mais importante estado da Amazônia — para 1978, e deverá gastar ainda outros 487 milhões de dólares para que todos os seus projetos estejam consolidados em 1986. Nesse ano, ele estará com 89 anos de idade, ou poderá até ter morrido. E quem herdará o império?

De acordo com todas as previsões, a Fundação Ludwig de Combate ao Câncer, que ele criou na Suíça. A fundação, cuja estrutura é mal conhecida, terá que administrar um complexo agroflorestal e de produção de celulose, no valor de 319 milhões de dólares, produzindo 114 milhões de dólares a partir de 1981, graças à exportação de 250 mil toneladas anuais de pasta "draft" branqueada; uma fábrica de caulim (produto usado como revestimento na indústria de papel) no valor de 30 milhões de dólares, que, exportando 10 milhões de dólares anuais, fez do Brasil o terceiro maior exportador mundial; uma sofisticada plantação de 14 mil hectares em condições de produzir 126 mil toneladas de arroz que dará uma renda de 70 milhões de dólares anuais; um rebanho bovino de

pelo menos 14 mil cabeças; de 100 a 200 mil hectares de madeira plantada, que — além da fábrica de celulose — fornecerão matéria-prima para várias serrarias. Sem considerar empreendimentos que ainda estão sendo estudados.

Todos eles, porém, justificam o volume de investimentos que estão sendo feitos na Jari? Atualmente, na área, existem 26 mil pessoas que dependem, direta ou indiretamente, das obras de Ludwig, ele está criando cinco núcleos urbanos, dois dos quais — Monte Dourado, com 50 mil habitantes no futuro, e a cidade de Beiradão, projetada para 100 mil — se incluirão entre as maiores concentrações demográficas da Amazônia. A infraestrutura parece desproporcional às próprias necessidades dos empreendimentos industriais aos quais se destina.

Quando as fábricas estiverem funcionando normalmente e atingidas as metas da produção de arroz e de madeira, cairá sensivelmente o número de pessoas utilizadas pela Jari. Na fábrica de caulim trabalharão 211 funcionários, dos quais apenas 21 como mão-de-obra fixa. Das 2.500 pessoas envolvidas atualmente na implantação da fábrica de celulose, ficarão somente 250. Para o projeto pecuário serão necessários apenas 300 homens. A plantação de arroz exigirá maior volume de empregados, 1.516 em 1983, e no plantio de "gmelina" e pinho é que se encontrará o grosso dos trabalhadores da Jari, em torno de cinco mil.

A grandiosidade dos custos pré-operacionais e mesmo os de produção fazem prever uma rentabilidade de lenta evolução e um retorno do capital utilizado — ao menos se considerada a renda dos projetos executados ou em execução — a longo prazo. Todo o cronograma da Jari está atrasado: a produção de caulim deveria começar em 1975, mas só ocorreu um ano e meio depois; a fábrica de celulose já deveria dar lucro em 1981, o que não será atingido; e a produção de arroz deveria ter-se tornado rentável em 1977, mas só há dois meses a Jari conseguiu sua primeira venda (se bem que 13 mil toneladas de uma vez, enviadas para a Itália, rendendo 2,2 milhões de dólares).

Quando começou a executar seus empreendimentos, Ludwig não estava preocupado com mercado e rentabilidade, ou então apresentou definições que acabaram não sendo seguidas. Em 1969, quando ele apresentou pela primeira vez à Sudam seu projeto de reflorestamento, a fim de obter isenção de impostos e taxas sobre importação, ele não incluiu estudo de localização industrial e de mercado. Em 1976, quando o projeto voltou à Sudam, esses estudos ainda não haviam sido feitos. Originalmente a produção de arroz deveria ser destinada ao consumo do Pará, e posteriormente para o resto da Amazônia e Nordeste, mas acabou comprometida apenas com a exportação, como de resto tudo que a Jari vai produzir.

Entretanto, em face da inexistência de indicadores sobre o mercado que a empresa pretende atingir, torna-se incomum — e, para alguns, incompreensível — a disposição de Ludwig em gastar tanto dinheiro, inclusive porque ele está ofertando produtos cuja procura não tem crescido significativamente e não é, tão elástica, como a celulose, o caulim e mesmo o arroz. "A relação entre o investimento e a rentabilidade, nos projetos da Jari, não é a mesma de um empreendimento capitalista usual, ou realmente ele é um benemérito ou então tem planos ainda mais ousados do que os já anunciados", raciocina um técnico em planejamento que vem acompanhando como membro do governo — o cronograma da Jari.

Ninguém tem dúvida de que Ludwig tem planos excepcionais para sua área na Amazônia, mas suas intenções são interpretadas sob vários ângulos. "Ele vê as coisas 10 anos na frente", justifica Luis Antonio Oliveira,

apontando as opções tecnológicas adotadas na Jari: ao invés de implantar uma fábrica de celulose convencional ele a trouxe pronta em cima de uma barcaça que navegou 25 mil quilômetros até chegar ao distrito de Munguba; e também criou tratores anfíbios para atuarem nas várzeas do rio Amazonas, a fim de beneficiar-se do enriquecimento natural do solo e superar as dificuldades criadas pela inundação anual dessa área.

Todos os investimentos e a recusa quase obsessiva de Ludwig em admitir a curiosidade pública sobre seus empreendimentos (a ponto de até não haver transformado a Jari Florestal e Agropecuária — de limitada em sociedade anônima) estimularam outros tipos de interpretações, desde as delirantes (estaria treinando "bônas-verdes" ou contrabandeando urânio através de submarinos) até as simplesmente indagativas, que pretendem descobrir intenções que estão além do oficialmente revelado ou ocultas.

O que intriga mais na Jari são suas próprias dimensões (pelos empreendimentos atualmente em desenvolvimento, Ludwig utilizará apenas 250 mil dos 1,5 ou 3,7 milhões de hectares que possui) e o fato de que o multimilionário está aplicando tanto numa obra que dificilmente chegará a ver concluída e da qual não terá nem mesmo o retorno integral do capital imobilizado. Se ele está delineando na Amazônia um novo mundo, resta saber como seu sucessor — a fundação de combate ao câncer — vai administrá-lo. Neste ponto, há apenas incógnitas.

Em muitos outros também: o projeto da Jari, como antes dela o da Ford ou do Icoml, são em si mesmo polêmicos. Apesar de todas as garantias dadas pela empresa, poucos técnicos estão realmente convencidos de que a fábrica de celulose, planejada para funcionar 24 horas por dia durante todo o ano (se pará-la, sua reativação exigiria um custo elevado), não irá realmente poluir o rio Jari e chegar a atingir o Amazonas, que está a 80 quilômetros de distância da fábrica. Como também poucos estão seguros de que a empresa não esteja aplicando herbicidas em seu plantio de arroz.

Camilo Vianna, médico e ecólogo, presidente da Sociedade de Preservação da Natureza (Sopren), diz que a Jari usa herbicidas novas ao meio ambiente, numa proporção de 2 por cento de "agente laranja" e 10 por cento de Tordon 155 para cada 700 quilos de produto químico despejado sobre um hectare, citando informação ouvida de técnicos da própria empresa. Seus dirigentes dizem que ela não usa herbicidas, apenas inseticidas e defensivos agrícolas, mas no projeto encaminhado à Sudam esta prevista a aquisição de 500.500 litros de herbicidas entre 1974 e 1983. De qualquer maneira, as acusações de Vianna nunca chegaram a ser comprovadas na prática.

Por ainda estar muito fechada à opinião pública, atitude justificada por seus dirigentes como uma decorrência natural da fase de implantação na qual ainda se acha, a Jari não é um tema consolidado. Os seus adeptos e os seus críticos se mantêm frequentemente em posições apaltonadas, nem sempre sob base factual exata. As apologias ou os desvarios não perturbam e talvez nem mesmo interessem a Daniel Ludwig. "Ele quer garantir o que está fazendo antes de morrer, para que se torne irreversível", diz um de seus auxiliares. Por isso, embora não tenha ido nenhuma vez ao Japão para ver as duas gigantescas unidades industriais que a Ishikawajima construiu para ele, Ludwig já veio duas vezes, este ano, à Amazônia para ver o local onde a fábrica será instalada. "Nenhum dos muitos empreendimentos que possui em várias partes do mundo é mais importante para ele do que a Jari", diz um assessor — e seguramente está dizendo uma verdade. Resta ainda avaliar a exata dimensão dessa importância.



Foto Lúcio Flávio Pinto

O núcleo urbano de Monte Dourado terá 50 mil habitantes no futuro